WANDER GARCIA, ANA PAULA GARCIA
E RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

4ª EDIÇÃO
2021

COMO PASSAR

CONCURSOS DA DIPLOMACIA E CHANCELARIA

1ª FASE

1.600
QUESTÕES COMENTADAS

660 QUESTÕES IMPRESSAS
986 QUESTÕES ON-LINE

Professores Altamente Especializados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

DISCIPLINAS

Língua **Portuguesa**
Inglês
Política **Internacional**
História **Mundial**
História do **Brasil**
Geografia
Direito **Internacional**
Direito **Interno**
Economia
Informática *(on-line)*
Raciocínio **Lógico** *(on-line)*
Cultura **Geral** *(on-line)*

- GABARITO AO FINAL DE CADA QUESTÃO, FACILITANDO O MANUSEIO DO LIVRO
- QUESTÕES COMENTADAS E ALTAMENTE CLASSIFICADAS POR AUTORES ESPECIALISTAS EM APROVAÇÃO

ATUALIZAÇÃO GARANTIDA
PDF ou Vídeo

EDITORA FOCO

Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco:**

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco



2021 © Editora Foco

Coordenadores: Wander Garcia, Ana Paula Garcia e Renan Flumian
Autores: Wander Garcia, André Roncaglia de Carvalho, Anthony Rosenberg, Claudia Simionato, Eloy Gustavo de Souza, Felipe Ferreira Ramos, Fernanda Franco, Filipe Figueiredo, Guilherme Casarões, Ivo Yonamine, Leonardo Gill Correia Santos, Mark Hughes, Pedro Sloboda, Priscilla Negreiros, Rafael Merighi Valenciano, Renan Flumian, Rodrigo Armstrong, Rodrigo Goyena Soares, Teresa Melo, Thiago Rocha e Victor Soares Bursztyn
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Revisora: Luciana Pimenta
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C331c

Como passar em concursos da diplomacia e chancelaria / André Roncaglia de Carvalho...[et al.] ; organizado por Wander Garcia, Ana Paula Garcia, Renan Flumian. - 4. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2021.

480 p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5515-254-8

1. Metodologia de estudo. 2. Concursos Públicos. 3. Diplomacia. 4. Chancelaria. I. Carvalho, André Roncaglia de. II. Rosenberg, Anthony. III. Simionato, Claudia. IV. Souza, Eloy Gustavo de. V. Ramos, Felipe Ferreira. VI. Franco, Fernanda. VII. Figueiredo, Filipe. VIII. Casarões, Guilherme. IX. Santos, Leonardo Gill Correia. X. Hughes, Mark. XI. Sloboda, Pedro. XII. Negreiros, Priscilla. XIII. Valenciano, Rafael Merighi. XIV. Flumian, Renan. XV. Armstrong, Rodrigo. XVI. Soares, Rodrigo Goyena. XVII. Melo, Teresa. XVIII. Rocha, Thiago. XIX. Bursztyn, Victor Soares. XX. Garcia, Wander. XXI. Garcia, Ana Paula. XXII. Título.

2021-634 CDD 001.4 CDU 001.8

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Metodologia de estudo 001.4 2. Metodologia de estudo 001.8

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, durante o ano da edição do livro, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Bônus ou Capítulo *On-line*: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (02.2021) – Data de Fechamento (02.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

Acesse JÁ os conteúdos *ON-LINE*



SHORT VIDEOS
Vídeos de curta duração com dicas de DISCIPLINAS SELECIONADAS

Acesse o link:
www.editorafoco.com.br/short-videos



ATUALIZAÇÃO em PDF e VÍDEO para complementar seus estudos*

Acesse o link:
www.editorafoco.com.br/atualizacao



CAPÍTULOS ON-LINE

Acesse o link:
www.editorafoco.com.br/atualizacao

* As atualizações em PDF e Vídeo serão disponibilizadas sempre que houver necessidade, em caso de nova lei ou decisão jurisprudencial relevante, durante o ano da edição do livro.
* Acesso disponível durante a vigência desta edição.

AUTORES

SOBRE OS COORDENADORES

Wander Garcia – @wander_garcia

É Doutor, Mestre e Graduado em Direito pela PUC/ SP. É professor universitário e de cursos preparatórios para Concursos e Exame de Ordem, tendo atuado nos cursos LFG e DAMASIO. Neste, foi Diretor Geral de todos os cursos preparatórios e da Faculdade de Direito. Foi diretor da Escola Superior de Direito Público Municipal de São Paulo. É um dos fundadores da Editora Foco, especializada em livros jurídicos e para concursos e exames. É autor *best seller* com mais de 50 livros publicados na qualidade de autor, coautor ou organizador, nas áreas jurídica e de preparação para concursos e exame de ordem. Já vendeu mais de 1,5 milhão de livros, dentre os quais se destacam "Como Passar na OAB", "Como Passar em Concursos Jurídicos", "Exame de Ordem Mapamentalizado" e "Concursos: O Guia Definitivo". É também advogado desde o ano de 2000 e foi procurador do município de São Paulo por mais de 15 anos. É *Coach* Certificado, com sólida formação em *Coaching* pelo IBC e pela *International Association of Coaching*.

Ana Paula Garcia

Procuradora do Estado de São Paulo, Pós-graduada em Direito, Professora do IEDI, Escrevente do Tribunal de Justiça por mais de 10 anos e Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça. Autora de diversos livros para OAB e concursos.

Renan Flumian – @renanflumian

Mestre em Filosofia do Direito pela Universidad de Alicante. Cursou a Session Annuelle D'enseignement do Institut International des Droits de L'Homme, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Professor e Advogado.

SOBRE OS AUTORES

André Roncaglia de Carvalho

Economista e Professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Pesquisador associado ao CEBRAP. Escreveu com Paulo Gala o livro "Brasil, uma economia que não aprende". Graduado em Ciências Econômicas, com Mestrado em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi doutorando visitante na University of Massachusetts Amherst, com doutorado em Economia do Desenvolvimento pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP.

Anthony Rosenberg

Professor de redação Inglês e no Curso Avançado Inglês no Curso Clio, Preparatório para a prova do Instituto Rio branco, Inglês Jurídico da FGV/SP no curso de Direito (graduação). Assessor do Presidente do BNDES na função de tradutor e revisor. Bacharel em Letras, com Habilitação em Tradução e Interpretação (UNIBERO) e mestre em língua inglesa, Linguística e Literatura (USP/SP).

Claudia Simionato

Formada em Letras Português-Espanhol pela USP, ministra aulas de Português e Redação em cursinhos preparatórios para o concurso de admissão à carreira diplomática desde 2003.

Eloy Gustavo de Souza

Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo – FFLCH-USP. Professor de Língua Portuguesa do Curso Clio, curso preparatório para a prova do Instituto Rio Branco, e do Curso Anglo.

Felipe Ferreira Ramos

Cientista Social pela Universidade de Brasília. Pesquisador com atuação no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e na Organização Internacional do Trabalho.

Fernanda Franco

Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) com habilitação em Português e Linguística. Graduanda em Filosofia também pela USP. Professora de Língua Portuguesa no Colégio São Luís em São Paulo.

Filipe Figueiredo

Formado em História pela Universidade de São Paulo. É idealizador do site Xadrez Verbal, sobre História e política internacional. Roteiriza e narra os episódios de História do canal Nerdologia no YouTube. Escreve para jornais e portais. Leciona para o CACD desde 2015

Guilherme Casarões

Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Campinas (Programa San Tiago Dantas). É professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e prepara candidatos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata desde 2010. Publica sobre política externa brasileira e política internacional em periódicos acadêmicos e veículos de imprensa, além de ser coautor do livro "A Organização das Nações Unidas" (Ed. Del Rey,

2006). Foi pesquisador visitante da Universidade de Tel Aviv e da Universidade Brandeis, nos EUA.

Ivo Lopes Yonamine

Atua como docente na preparação, em Língua Portuguesa, para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), desde 2014. Na mesma disciplina, é professor no Curso Sapientia, desde 2016. Em 2002, graduou-se como bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo São Francisco / FDUSP). Desde 2016, é bacharelando em Letras (Português e Linguística), pela mesma instituição de ensino superior (FFLCH - USP).

Leonardo Gill Correia Santos

Cientista político, graduado no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), com especialização em segurança internacional. Cursou relações internacionais e ciência política na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em Buenos Aires. Atualmente é doutorando em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco, onde também possui mestrado.

Mark Hughes

Professor de Redação Inglês e no Curso Avançado Inglês no Curso Clio, Preparatório para a prova do Instituto Rio branco, Bacharel pela Glasgow Caledonian University e Mestre pela University of Strathclyde.

Pedro Sloboda

Diplomata de carreira e professor de Direito Internacional do Instituto de Desenvolvimento e Estudos de Governo (IDEG). Doutorando em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direito Internacional pelo Centro de Direito Internacional (CEDIN). Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi professor de Direito Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Priscilla Negreiros

Mestre em Administração Pública Internacional Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po Paris) com especialização em Direito Internacional e Administração Pública. Graduada em Relações Internacionais pela PUC/SP e em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po Paris), com especialização em América Latina, Espanha e Portugal. Possui experiência profissional com comércio e desenvolvimento internacional.

Rafael Merighi Valenciano

Aprovado nos concursos para Agente de Tributos Estaduais (SEFAZ-MT-2008) e Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo desde 2010. Formado em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Rodrigo Armstrong

Graduado em Relações Internacionais pela Tufts University (Estados Unidos) e Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É ex-Assessor de Relações Internacionais do Prefeito do Rio de Janeiro, professor de Língua Inglesa para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e professor de Economia Política Internacional na Pós-Graduação em Relações Internacionais, ambos nas Carreiras Internacionais do Damásio Educacional.

Rodrigo Goyena Soares

Professor Colaborador do Departamento de História da Universidade de São Paulo-USP. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi pesquisador visitante no Departamento de História da New York University. Possui mestrado em História Social pela UNIRIO e em Relações Internacionais pelo Institut d'Études Politiques de Paris (SciencesPo.). Graduou-se em Ciências Políticas pela SciencesPo. Seus principais campos de estudo são História do Brasil Imperial, História das classes sociais no Brasil e História da Política Externa Brasileira. Atualmente, pesquisa o retorno dos veteranos da Guerra do Paraguai e a queda do Império, no âmbito de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP).

Teresa Melo

Procuradora Federal. Doutoranda e Mestre em Direito Público pela UERJ. Assessora parlamentar na Câmara dos Deputados. Ex-assessora de Ministro no STF e no STJ.

Thiago Rocha

Bacharel (IGEO/UFRJ), mestre (PPGG/UFRJ) e Doutor (PPGG/UFRJ - Université de La Rochelle/França) em geografia, com experiência docente compreendendo desde o ensino escolar até o nível superior (UERJ), além da preparação para concursos públicos. Há mais de dez anos dedica-se à preparação de candidatos para o Concurso de Acesso à Carreira Diplomática.

Victor Soares Bursztyn

Pesquisador no Centro de P&D em Big Data da EMC (EMC - BRDC), onde participa de quatro submissões de patentes ao escritório de patentes dos EUA (USPTO), sendo o primeiro inventor em duas. É aluno de M.Sc. na COPPE, onde realiza pesquisas para e-Science, com foco na integração de bases de conhecimento a sistemas para execução de workflows. Engenheiro de Computação e Informação pela UFRJ. É autor de produtos digitais com cobertura da mídia.

SUMÁRIO

AUTORES V

COMO USAR O LIVRO? XI

PREFÁCIO XIII

1. LÍNGUA PORTUGUESA www. 1

2. INGLÊS www. 105

3. POLÍTICA INTERNACIONAL www. 113

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, ATORES, PROCESSOS, INSTITUIÇÕES E PRINCIPAIS PARADIGMAS TEÓRICOS 114
2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DESDE 1945, PRINCIPAIS VERTENTES E LINHAS DE AÇÃO 120
3. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL 125
4. ARGENTINA: POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES COM O BRASIL 138
5. RELAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES DO HEMISFÉRIO 140
6. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES COM O BRASIL 142
7. UNIÃO EUROPEIA: ORIGENS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO, SITUAÇÃO ATUAL, POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES COM O BRASIL 147
8. RÚSSIA: POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES COM O BRASIL 153
9. O BRASIL E A ÁFRICA 155
10. O BRASIL E A ÁSIA; 10.1. CHINA, ÍNDIA E JAPÃO: POLÍTICAS EXTERNAS E RELAÇÕES COM O BRASIL 157
11. O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO; 11.1. A QUESTÃO ISRAELO-PALESTINA; 11.2. SÍRIA, IRAQUE, IRÃ E OUTRAS SITUAÇÕES NACIONAIS RELEVANTES 164
12. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA 170
13. A AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL 171
14. O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS 187
15. A DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL 188
16. O BRASIL E AS COALIZÕES INTERNACIONAIS: O G-20, O IBAS E O BRIC 191

www. Acesse o conteúdo on-line. Siga as orientações disponíveis na página III.

17. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL 195
18. QUESTÕES COMBINADAS 196

4. HISTÓRIA MUNDIAL www. **203**

1. ESTRUTURAS E IDEIAS ECONÔMICAS 203
2. REVOLUÇÕES 213
3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 222
4. COLONIALISMO, IMPERIALISMO, POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO 244
5. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NAS AMÉRICAS 251
6. IDEIAS E REGIMES POLÍTICOS 257
7. A VIDA CULTURAL 261

5. HISTÓRIA DO BRASIL www. **267**

1. O PERÍODO COLONIAL 267
2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA 274
3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831) 285
4. A REGÊNCIA (1831-1840) 290
5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889) 294
6. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889- 1930) 302
7. A ERA VARGAS (1930-1945) 312
8. A REPÚBLICA LIBERAL (1945-1964) 322
9. O REGIME MILITAR (1964-1985) 330
10. O PROCESSO DEMOCRÁTICO A PARTIR DE 1985 337

6. GEOGRAFIA www. **339**

1. HISTÓRIA DA GEOGRAFIA 339
2. A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO 343
3. GEOGRAFIA ECONÔMICA 347
4. GEOGRAFIA AGRÁRIA 355
5. GEOGRAFIA URBANA 358
6. GEOGRAFIA POLÍTICA 364
7. GEOGRAFIA E GESTÃO AMBIENTAL 369

7. DIREITO INTERNACIONAL www. **375**

1. DIP E DIREITO INTERNO 375
2. FONTES DO DIP 376

3. SUJEITOS DO DIP 379
4. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS 386
5. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS 391
6. DIREITO DA INTEGRAÇÃO 397
7. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 398
8. DIREITO DO MAR 402
9. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 403
10. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL 403
11. COMBINADAS E OUTROS TEMAS 404

8. DIREITO INTERNO www. **407**

1. DIREITO CONSTITUCIONAL 407
2. DIREITO ADMINISTRATIVO 417
3. DIREITO FINANCEIRO 420
4. COMBINADAS E OUTROS TEMAS 420

9. ECONOMIA www. **423**

1. MICROECONOMIA 423
2. MACROECONOMIA 430
3. ECONOMIA INTERNACIONAL 439
4. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL 449
5. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 455
6. MATEMÁTICA FINANCEIRA 457
7. TÓPICOS DE CONTABILIDADE 459

CAPÍTULOS ON-LINE

10. INFORMÁTICA **423**

11. RACIOCÍNIO LÓGICO **433**

12. CULTURA GERAL **441**

Como usar o livro?

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1º Tenha em mãos um ***vademecum*** ou **um computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.

Neste ponto, recomendamos o **Vade Mecum de Legislação FOCO** – confira em www.editorafoco.com.br.

2º Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3º Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4º Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e "pegar o jeito" de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5º **Leia com muita atenção o enunciado das questões**. Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6º **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras "correto", "incorreto", "certo", "errado", "prescindível" e "imprescindível".

7º Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8º Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata de falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – "desconhecimento da lei"; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – "desconhecimento da doutrina"; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – "desconhecimento da jurisprudência"; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – "falta de atenção"; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT - "não uso das técnicas"; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** ("quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta"), das **afirmações generalizantes** ("afirmações generalizantes tendem a ser incorretas" - reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** ("os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos"), entre outras.

obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de "Técnicas de Resolução de Questões Objetivas", recomendamos o curso criado a esse respeito pelo IEDI Cursos On-line: www.iedi.com.br.

10º Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar "DL", ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia**, **disposição**, **foco**, **organização**, **disciplina**, **perseverança**, **amor** e **ética**!

Wander Garcia, Ana Paula Garcia e Renan Flumian

Coordenadores

Prefácio

Informar, negociar, representar. As três funções clássicas da diplomacia, a que muitos aspiram como exercício profissional. Este livro tem como objetivo servir de aporte bibliográfico especializado aos que ora se preparam para exercer essas funções na carreira diplomática. Não é simples encontrar material especializado para um concurso tão complexo. O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata é provavelmente o mais específico do país, e dificilmente, as referências utilizadas em outros concursos poderiam ser empregadas integralmente na preparação para a diplomacia. A jurisprudência da famigerada "Banca Cespe" não é exatamente a mesma da "Banca CACD".

Mas o amigo Renan Flumian, a quem agradeço o convite para assinar em coautoria o capítulo de direito internacional, conseguiu reunir, nesta obra, alguns dos profissionais mais experientes em suas respectivas áreas, e que melhor conhecem o concurso. O livro apresenta, a um só tempo, profundidade acadêmica e rigor analítico aplicado à prova de admissão à diplomacia. Estou seguro de que o leitor encontrará, nas páginas deste livro, valioso aporte especializado para seus estudos.

Os caminhos que levam às cadeiras do Instituto Rio Branco são muitas vezes árduos, demorados e solitários. As novas gerações de diplomatas enfrentaram, com raras exceções, os dessabores da reprovação. E todos lidaram, de uma forma ou de outra, com as dificuldades da preparação; com a necessidade de conciliar estudo e trabalho; estudo e família; estudo e vida pessoal – porque os companheiros, as companheiras, os pais e os amigos, no mais das vezes se preparam junto com o candidato. Cada um à sua maneira, cada um com sua história de vida, com seus dramas pessoais, enfrenta os desafios dos estudos.

Determinação. Palavra-chave para os que ora se preparam. Não pensem que será fácil ou necessariamente rápido. Mas tampouco pensem que é impossível ou que está fora de seu alcance. Brilhantismo intelectual nunca foi requisito indispensável para a aprovação. Determinação e foco sim. Uma vez que você tenha um objetivo, persiga-o até que você o alcance.

Com foco e constância de esforço, o leitor chegará à aprovação; e haverá de perceber que o caminho terá sido árduo, mas também terá sido agradável. Amizades que durarão uma vida, e por vezes relacionamentos, terão sido construídos durante a preparação. Uma experiência profissional, de grande valia no Ministério, terá sido adquirida. Mestrados terão sido defendidos; filhos terão nascidos; e, cada um à sua maneira, cada um em seu sotaque, comemorará a aprovação.

Ao fim, será apenas o começo.

O ingresso na carreira, o início das atividades na Secretaria de Estado, em Brasília, o exercício das funções no exterior e as décadas de atividade diplomática pela frente fazem os anos de preparação parecerem uma breve etapa. Árdua, mas gratificante. Fundamentalmente, o início das atividades diplomáticas traz a convicção de que valeu a pena. E de que a chave era, de fato, a determinação.

Com a certeza de que o esforço de vocês valerá a pena, e com o desejo de encontrá-los em breve, desejo a todos boa leitura e bons estudos.

Pedro Sloboda

Diplomata e Professor de Direito Internacional.

1. Língua Portuguesa

Claudia Simionato, Eloy Gustavo de Souza e Ivo Yonamine*

Texto 1 para responder às duas questões seguintes.

Original datado de 1917, redigido conforme a grafia da época.

A história das mulheres na carreira diplomática tem início em um momento conturbado da cena internacional, com reflexos diretos no Brasil, em geral, e no Ministério das Relações Exteriores (MRE), em particular. O então chanceler era Nilo Peçanha, que devia haver-se, desde maio de 1917, com as sucessivas violações da soberania brasileira pelo império alemão, e, a partir de 26 de outubro daquele ano, com as obrigações decorrentes do engajamento brasileiro no conflito internacional. Um dos problemas que o chanceler teve de enfrentar foi a carência de pessoal na Secretaria de Estado; após 15 anos sem a realização de concurso público, era preciso dar início a certame para a contratação de terceiro oficial da Secretaria de Estado. Pelo Decreto 12.998, de 24 de abril de 1918, foram aprovadas as instruções que regeriam, doravante, os concursos para terceiros oficiais da Secretaria de Estado, classe inicial para ingresso nos serviços do MRE. Segundo aquele texto, eram elegíveis os candidatos que provassem: "ter de 18 a 35 annos de idade; ter bom procedimento; não soffrer molestia contagiosa; ter sido vaccinados", entre outros. Deveriam ainda apresentar "caderneta de reservista, e poderão ajuntar outros documentos, relativos ás suas habilitações e serviços".

Dos nove requerimentos de inscrição, um deles, recebido no dia 28 de agosto de 1918, causou polêmica. Em documento sucinto, escrito de próprio punho em folha de papel almaço, Maria José de Castro Rebello Mendes dizia: "achando-se habilitada, requer V. Ex. se digne mandar inscrevel-a no concurso para o provimento do logar de 3º official da Secretaria de Estado das Relações Exteriores". O requerimento trazia apensas certidão de nascimento, certidão de aptidão física assinada pelo médico Manuel Bernardino Costa e carta de recomendação do diretor da Câmara de Comércio do Rio de Janeiro, Cândido Mendes de Almeida, em que afirmava que a interessada "tem dado, neste estabelecimento de ensino, bellas provas de um talento digno de ser aproveitado no cargo a que aspira". Em despacho no mesmo dia, manuscrito na folha do requerimento, Nilo Peçanha respondeu:

Ouvido o Sr. Dr. Consultor Jurídico, deferido, ficando autorizado o Sr. Dr. Secretario Geral a mandar fazer a respectiva inscripção. Não há, na Constituição da Republica, nenhum dispositivo que impeça ás mulheres o accesso aos cargos públicos. O Codigo Civil vigente também estabeleceu a mais completa igualdade entre o

* Claudia Simionato (comentou 2013, 14, 15, 16, 17 e 19), Eloy Gustavo (comentou 2010, 11 e 12) e Ivo Yonamine (comentou as questões de 2018).

homem e a mulher, quanto ao gozo e exercicio dos direitos privados. Num dos seus artigos prevê que as mulheres possam ocupar funções de administração, quando estatue: "Considera-se sempre autorizada pelo marido a mulher que occupe cargo publico". Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e competencia são exigidos - mas que não são privilegio do homem - e se a requerente está apparelhada para disputar um lugar nesta Secretaria de Estado, e só as provas do concurso hão de dizer - mas o que não posso é restringir ou negar o seu direito, toda vez que as leis existentes não restringem nem negam. Si nas monarchias "as mulheres podem ser imperatrizes e rainhas" não vejo porque nas republicas se lhes feche o ingresso aos cargos administrativos.

No final do despacho do chanceler, dando a impressão de ter sido adicionada posteriormente, já que não seguia a mesma organização espacial do restante e aproveitava o pouco espaço ainda existente entre o texto citado acima e a assinatura de Nilo Peçanha, figurava a sentença seguinte: "Melhor seria, certamente, para o seu prestígio que continuassem a direcção do lar, taes são os desenganos da vida publica, mas não há como recusar a sua aspiração, desde que disso careçam, e fiquem provadas suas aptidões".

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no ltamaraty (1918-2011)*: uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. Brasília: FUNAG, 2018, p. 59-62. Disponível em: <http://funag.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2019, com adaptações.

(Diplomacia – 2019 – IADES) Com base nas ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Nilo Peçanha deferiu o pedido de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes no certame para a contratação de terceiro oficial da Secretaria de Estado, em razão da carência de pessoal por que vinha passando essa secretaria há mais de uma década.

(2) Em seu despacho, o chanceler demonstra apoio irrestrito à inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, dados os dispositivos legais vigentes à época a esse respeito.

(3) As instruções aprovadas por meio do Decreto no 12.998, de 24 de abril de 1918, para os concursos para terceiros oficiais da Secretaria de Estado vêm sendo aperfeiçoadas desde então, mas muitas das instruções então aprovadas permanecem válidas até os dias de hoje.

(4) O requerimento de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, a despeito da polêmica causada, foi rapidamente deferido.

1. Errado. Está no período da l.42 o motivo do deferimento do pedido de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes: não havia nenhum dispositivo que impedisse mulheres de terem acesso a cargos públicos. Nilo Peçanha, então, deferiu o pedido porque não havia nenhum impedimento legal, e não em razão de "carência de pessoal". **2.** Errado. Está no final do texto a ressalva de Nilo Peçanha a respeito de mulheres aspirarem a cargos públicos, o que evidencia que o chanceler não manifestou apoio sem restrições. Ele afirmou: "Melhor seria, certamente, para o seu prestígio que continuassem a direcção do lar, taes são os desenganos da vida publica, mas não há como recusar a sua aspiração, desde que disso careçam, e fiquem provadas suas aptidões". **3.** Errado. Muitas das instruções que constam na l.19 até a l.23 já não permanecem. Era uma questão que cobrava, mais do que interpretação de texto, conhecimento dos pré-requisitos atuais para o concurso de admissão ao cargo de terceiro-secretário na carreira diplomática. **4.** Certo. Na l.37, é afirmado que o despacho ocorreu "no mesmo dia".

Gabarito: 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2019 – IADES) Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 5, a omissão do pronome "se" junto da forma verbal "haver" promoveria incorreção e incoerência ao texto.

(2) A substituição do ponto e vírgula empregado após "Estado" (linha 11) por vírgula manteria a correção do texto.

(3) Na linha 37, é facultativo o emprego da preposição "a" em "no cargo a que aspira".

(4) A forma nominal "adicionada" (linha 62) concorda em gênero e número com o nome "sentença" (linha 65) a que se refere.

1. Certo. O verbo haver com o sentido de "lidar com" é pronominal, não sendo possível, portanto, a retirada do pronome "se": haver-se com algo. **2.** Errado. Não é possível usar uma vírgula onde aparece o ponto-e-vírgula, pois o adjunto adverbial que aparece na sequência está vinculado à oração seguinte: "era preciso dar início a certame para a contratação de terceiro oficial de Secretaria de Estado." **3.** Errado. A regência do verbo aspirar com o sentido de desejar, procurar a realização de algo, é VTI, portanto, não dispensa a preposição "a". **4.** Certo. Pela concordância dos termos, fica claro que a "sentença" tinha sido "adicionada posteriormente". O sujeito veio posposto ao predicado.

Gabarito: 1C, 2E, 3E, 4C

Texto 2 para responder às duas questões a seguir.

O contexto de emergência do Brasil independente e da correlata ideia de uma nacionalidade brasileira, no decorrer do século 19, é recheado de polêmicas e debates públicos levados a cabo por intelectuais, gramáticos, filólogos, escritores, juristas, jornalistas e médicos. Tais debates retratam a maneira como as políticas linguísticas foram mobilizadas no percurso histórico de construção do Brasil e da brasilidade, revelando chaves epistemológicas de definição e enquadramento das línguas. Exemplificando, nesse contexto: reforça-se a diferenciação entre fala e escrita; intensificam-se os estudos lexicais e gramaticais; constroem-se narrativas sobre a história do português no Brasil; defende-se a documentação da língua em uso; debate-se o estatuto do português do Brasil - variedade, modalidade, dialeto ou língua; debate-se a designação da língua falada no Brasil; categorizam-se elementos linguísticos sob os rótulos de neologismos, estrangeirismos, brasileirismos, jargões; discute-se a possível origem crioula do português do Brasil; polemiza-se sobre a autenticidade da língua do Brasil; discute-se a língua literária brasileira; entre outros aspectos. Trata-se, sobretudo, de um debate político em torno da língua. A criação da Academia Brasileira de Letras, evidentemente, não ficaria alheia a esse processo que inscreveu na língua questões relevantes para a formação de um imaginário brasileiro. Nesse contexto, a arte literária desempenhou um papel importante, seja na definição de um padrão escrito, seja na problematização dos limites linguísticos normativos.

Ressalta-se que os discursos em torno da questão da língua nacional fazem pouca ou nenhuma menção às influências das línguas africanas. A título de ilustração, João Ribeiro (1889) definiu o "elemento linguístico negro" como modificações feitas na linguagem brasileira em decorrência das influências das línguas africanas faladas pelos escravizados, defendendo que corresponderiam a modificações profundas, pois afetariam o sistema gramatical, especialmente no que tange ao "elemento popular". Nessa época, João Ribeiro sinalizou para a escassa bibliografia sobre o tema, com exceção dos trabalhos de Macedo Soares. Décadas depois, Gilberto Freire (1961) identificou, em anúncios de jornais do século XIX, o uso de termos de origem africana que seriam mais próximos da "expressão nacional do que toda a nossa literatura do mesmo período".

No contexto de construção de um imaginário nacional, podemos mencionar as políticas linguísticas modernistas e da Era Vargas, que estavam vinculadas a políticas culturais e educacionais, todas envolvidas com a criação dos sentidos de nacionalismo e brasilidade (Velloso, 1987). Esse período agrupou uma série de discursos sobre as línguas que mobilizavam uma chave interpretativa que girava em torno das ideias de miscigenação, cultura popular, oralidade e regionalismos (Severo, 2016). Em termos de cultura popular e línguas africanas, Mario de Andrade (1928), Câmara Cascudo (1944), Renato Mendonça (1923), Nina Rodrigues (1932) e Jacques Raymundo (1933), por exemplo, vincularam a sonoridade africana - seja pela tradição oral, seja pela herança musical - à formação de uma ideia de "cultura popular". A oralidade se tornou um lugar central de inscrição de sentidos

58 nacionalistas no período modernista e na Era Vargas, momento
de difusão de uma cultura popular através do rádio. Data de
1937, por exemplo, a criação do I Congresso da Língua
61 Nacional Cantada, organizado por Mario de Andrade quando
coordenava o Departamento de Cultura de São Paulo. Tratou-se
63 de uma política linguística explícita que buscou incidir sobre a
64 pronúncia, o ritmo e a prosódia aquilo que deveria ser definido
como língua-padrão cantada e falada. Evidentemente, sabemos
que as regulações nem sempre têm um papel efetivo na prática,
67 o que se percebe na inexistência de outras políticas linguísticas
explícitas e governamentais envolvendo as práticas orais
69 brasileiras.

SEVERO, Cristine Gorski. Uma visão panorâmica das políticas linguísticas no Brasil: construindo diálogos. *Revista Brasileira*. Fase IX, janeiro-fevereiro-março 2018, ano I n. 94.

Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2019, com adaptações.

(Diplomacia – 2019 – IADES) Com base nas ideias do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) As polêmicas e os debates acerca da língua portuguesa no decorrer do século 19 constituem-se em um debate político em torno da língua.

(2) texto critica a ausência de destaque, nas políticas linguísticas brasileiras, às influências das línguas africanas sobre a língua portuguesa.

(3) Ao definir o "elemento linguístico negro", João Ribeiro, em 1889, foi um precursor do debate acerca do papel das línguas africanas na formação do português do Brasil, revolucionando as ideias até então existentes a respeito do tema.

(4) Para alguns estudiosos, a sonoridade africana está relacionada à ideia de cultura popular no Brasil.

1. Certo. O período que se inicia na l.6 deixa claro que "tais debates", no decorrer do século 19, retratavam as "políticas linguísticas", ideia reforçada também na l. 20: "Trata-se, sobretudo, de um debate político em torno da língua". **2**. Certo. A afirmação é corroborada na l. 28: "Ressalta-se que os discursos em torno da questão da língua nacional fazem pouca ou nenhuma menção às influências das línguas africanas". **3**. Errado. João Ribeiro não foi um precursor, ainda que tenha sido um importante intelectual no debate acerca das influências africanas na língua nacional. A autora afirma no período que se inicia na l. 36 que Macedo Soares foi um precursor aí, isto é, ele já se havia atentado anteriormente (ou, primeiramente) para o tema. **4**. Certo. No último parágrafo, é afirmada justamente a importância da influência da língua africana, incluindo sua sonoridade, pra cultura nacional: "Em termos de cultura popular e línguas africanas, Mário de Andrade (1928), Câmara Cascudo (1944), Renato Mendonça (1923), Nina Rodrigues (1932) e Jacques Raymundo (1933), por exemplo, vincularam a sonoridade africana - seja pela tradição oral, seja pela herança musical - à formação de uma ideia de 'cultura popular'."

Gabarito: 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2019 – IADES) No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Caso as orações coordenadas que aparecem entre as linhas 9 e 19 do texto ("reforça-se... brasileira") fossem escritas em ordem sujeito-verbo, da forma sugerida a seguir, a correção e a coerência do texto seriam mantidas: **a diferenciação entre fala e escrita é reforçada; os estudos lexicais e gramaticais são intensificados; narrativas sobre a história do português no Brasil são construídas; a documentação da língua em uso é defendida; o estatuto do português do Brasil - variedade, modalidade, dialeto ou língua - é debatido; a designação da língua falada no Brasil é debatida; elementos linguísticos são categorizados sob os rótulos de neologismos, estrangeirismos, brasileirismos, jargões; a possível origem crioula do português do Brasil é discutida; a autenticidade da língua do Brasil é polemizada; a língua literária brasileira é discutida**.

(2) A substituição de "Trata-se" (linha 20) por **Esse fato trata-se** manteria a correção e a coerência do texto.

(3) Os termos "às", em "às influências" (linhas 29 e 30) e "a", em "a modificações" (linhas 34) introduzem complementos indiretos (respectivamente, nominal e verbal) e são intercambiáveis no texto, sendo correto, portanto, o emprego de **a influências** e **às modificações**.

(4) A palavra "chave" (linha 49) foi empregada em sentido conotativo.

1. Anulada. A questão foi anulada porque, como o verbo "polemizar" é transitivo indireto (*polemiza-se sobre*), não é possível seu emprego na voz passiva. Como nas demais orações, contudo, a reescrita em ordem direta manteve a coerência e a correção do texto, esse fato tornou o item dúbio. O gabarito original foi dado como certo e, depois, anulado. **2.** Errado. A construção do verbo "tratar-se de" (VTI) é sempre feita com sujeito indeterminado. Atentem para o fato de que, propositadamente, não foi copiada a preposição "de" na formulação da questão. **3**. Errado. Não é possível alternar as expressões dadas apenas porque ambas são complementos indiretos. O artigo determina o substantivo, assim como sua ausência o indetermina. Deixar "influências" de forma indeterminada e, por sua vez, principalmente, "modificações" de forma determinada traria alterações, já que essas "modificações" estavam sendo mencionadas pela primeira vez, e não retomadas. **4.** Certo. Conotativo é o sentido figurado da palavra, metafórico, justamente como foi empregado na l. 49 o termo "chave": com o sentido de um elemento elucidativo, esclarecedor (e não como o instrumento que abre uma porta, o sentido denotativo/literal de chave).

Gabarito 1Anulada, 2E, 3E, 4C